

# AS QUEIMAS NOS CAMPOS DE ALTITUDE

## São José dos Ausentes – RS

Os campos gaúchos de altitude promovem uma beleza paisagística deslumbrante, a um nível quase europeu, com uma pegada irlandesa. Ela conta com cânions, vales, desníveis de rios, cachoeiras e falhas geológicas datadas das eras Terciário e Quaternário. Tantas belezas naturais chamam a atenção de turistas que adoram desfrutar do clima frio e agradável dos campos de cima da serra. No entanto, entre os meses de julho a setembro, algumas peculiaridades adentram aos campos de São José dos Ausentes, alterando o cenário natural e deixando-o com uma aparência mais urbana. Isso chama a atenção dos desavisados turistas, que ficam perplexos com a situação: as queimadas dos campos.

-Como deixam fazer isso?  
-Por que ninguém faz nada a respeito?  
... – que absurdo!

Em narrativa, a minha vivência em São José dos Ausentes, não nativo e um tanto desgarrado, também me causou um pouco de desconforto ao vivenciar essa atitude que até então, para mim, não era comum. Ainda mais por ser um Engenheiro Ambiental e estar chegando aos campos Ausentinos para exercer essa profissão. Muito recentemente, um amigo me encaminhou um artigo do Professor Vitor Hugo Travi, onde ele descreve algumas explicações sobre as queimadas na região dos campos de cima da serra. Ainda que não fosse a nível científico, o artigo trazia muitas explicações culturais da adoção desse uso de manejo, fazendo-se entender e amenizando a indignação de alguns desavisados.

Como um bom estudante e ex-bolsista durante minha pós-graduação de mestrado, conforme meu costume, realizei uma pequena pesquisa sobre o assunto antes de expor minhas dúvidas. Deparei-me com as seguintes informações: antes mesmo da introdução do gado pelos jesuítas e tropeiros (por volta de 1700), os campos eram habitados por animais silvestres que resistiam ao frio e à altitude, tais como veados-campeiros, lebres, tamanduás-mirins, graxains, entre outros. A maioria desses animais de espécies onívoras.

Na ausência de gado, ovelhas e cavalos para consumir as gramíneas do campo, estas cresciam de forma desenfreada, ao longo do tempo formando uma camada muito grande de palha seca. Relatos históricos indicam que essa palha frequentemente pegava fogo devido a descargas elétricas, excesso de insolação e combustão eletrostática (um fenômeno que conhecemos muito recentemente).

Além disso, havia o manejo cultural indígena, que já empregava o uso controlado do fogo como método de manejo. Para concluir esta introdução, adoto as palavras do Professor Vitor Hugo T.:

"Até que me provem o contrário, acredito que essas queimadas sempre fizeram parte da história de nossos campos. A diferença é que hoje há muito mais testemunhas e pessoas que, por não entenderem o sistema, ficam indignadas com o fogo, sem compreender sua função verdadeira."

Dissertando de forma técnica e como detentor do cargo de Licenciador e Chefe do Departamento do Meio Ambiente do Município de São José dos Ausentes/RS, é importante destacar que o manejo de campos com o emprego do fogo é uma prática legal e sujeita a licenciamento no estado do Rio Grande do Sul, especialmente para campos de altitude (com altitude geográfica acima de 1000 m). Essa prática é reconhecida pela Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável por meio de sua Resolução CONSEMA 372/2018, que define o Manejo de Campo Através de Queima Controlada em Áreas não Mecanizáveis – CODRAM 10830,00.

Além disso, os municípios possuem suas próprias normatizações estabelecidas por meio de leis e decretos, respaldando a ação de uma equipe multidisciplinar que oferece orientação tanto em termos documentais quanto operacionais. Nesse contexto, destaco a Lei Ordinária nº 1102, de 10 de julho de 2013, a Lei Municipal nº 1344, de 27 de julho de 2017, e suas respectivas alterações.

É fundamental entender que essa abordagem regulatória demonstra o comprometimento das autoridades locais e estaduais em garantir que o manejo de campos por meio do uso controlado do fogo seja realizado de maneira responsável e sustentável, minimizando riscos ambientais e maximizando os benefícios dessa prática para a ecologia local e as comunidades envolvidas.

Essa abordagem é viável graças ao considerável interesse em estudos relacionados ao assunto, que têm comprovado diversos benefícios. Um exemplo é a constatação de que o uso controlado do fogo como método de manejo é eficaz no controle de pragas, como carrapatos e pulgas. Além disso, foram realizadas pesquisas que indicaram que as palhas provenientes das gramíneas do campo nativo, quando secas, possuem uma baixa capacidade de calorimetria. Esse fato é relevante porque impede que o fogo alcance temperaturas superiores a 60 °C, evitando a carbonização das sementes e a esterilização microbiana do solo. Vale ressaltar que o emprego de fogo nesse contexto não gera calor suficiente para desencadear a propagação do fogo em cercas, áreas florestais ou vegetações verdes adjacentes. Essas descobertas científicas corroboram a segurança e a eficácia da prática, reforçando sua utilidade como uma ferramenta de manejo ambiental que não apenas auxilia na preservação do ecossistema local, mas também contribui para o controle de elementos indesejados, como pragas, de maneira sustentável.



Foto demonstrando uma queima controlada em duas propriedades distintas, com aceiras rentes a cerca de divisa das propriedades.

Se a preocupação reside no potencial lançamento de gases de efeito estufa na atmosfera, é válido observar que estudos têm efetivamente confirmado que, devido à quantidade limitada de material de carbono presente nas palhas (baixa calorimetria), a emissão de CO<sub>2</sub> resultante do uso controlado do fogo é comparável ao crescimento subsequente das gramíneas na primavera. Isso implica em uma espécie de equilíbrio no ciclo de carbono, no qual as emissões decorrentes da queima são contrabalançadas pelo sequestro de carbono durante o crescimento vegetativo subsequente. Essa dinâmica reforça a consideração de que, quando realizada de forma planejada e controlada, a prática de manejo com fogo pode ter um impacto neutro no balanço de carbono, minimizando o potencial de contribuição para o aquecimento global.

É importante lembrar que o Manejo por Emprego de Queima, carinhosamente conhecido como "Sapeca", é uma prática viável desde que seja devidamente autorizada pelo órgão municipal competente. Além disso, é essencial destacar que a utilização desse método não é uma obrigatoriedade; ao contrário, é uma alternativa que requer avaliação e decisão cuidadosas. Nesse contexto, o processo deve ser estritamente controlado e monitorado para evitar quaisquer propagações indesejadas.

A autorização prévia do órgão municipal garante que o manejo seja conduzido de maneira responsável, respeitando as regulamentações e diretrizes estabelecidas para a segurança ambiental e comunitária. Para garantir um procedimento controlado, diversas estratégias podem ser empregadas, como a criação de faixas de contenção (aceiras), cortes rasos ou outras medidas apropriadas. Essas precauções visam minimizar os riscos de que o fogo se alastre além do planejado, contribuindo assim para a preservação do ecossistema e para a segurança das áreas adjacentes.

Em conclusão, a prática do Manejo por Emprego de Queima ou "Sapeca" é uma ferramenta que, quando executada com aprovação e de forma criteriosa, pode ser benéfica tanto para a ecologia local quanto para a gestão responsável do ambiente. Sua eficácia reside na compreensão das regras, no planejamento cuidadoso e na aplicação das medidas de controle adequadas.

>2023<



Por:

Givago Mossi

Engenheiro Ambiental

Mestre em Engenharia Ambiental e Civil.

Diretor do Departamento do Meio Ambiente de SJA-RS